



Metropolitano de Lisboa

Relatório Trimestral

2º TRIMESTRE 2019

Valores acumulados



Metropolitano de Lisboa

Índice

1. Atividade Operacional.....	2
1.1. Procura	2
1.2. Oferta	2
1.3. Receitas	2
2. Gestão Económica e Financeira	3
2.1. Análise de Balanço	3
2.2. Síntese de Resultados	5
2.2.2. Rendimentos Operacionais	6
2.2.3. Gastos Operacionais.....	6
2.3. Modelo de Financiamento	6
2.4. <i>Stock</i> da Dívida	7
3. Cumprimento das Orientações Legais	7
3.1. Plano de Redução de Custos (PRC).....	7
3.2. Frota Automóvel	8
3.3. Prazo Médio de Pagamentos	8
3.4. Evolução do Efetivo	9
3.5. Limites de Endividamento Bancário	9
3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado	9
4. Plano de Investimento	10
5. Análise dos principais desvios	11
6. Demonstrações Financeiras.....	12
6.1. Balanço.....	12
6.2. Demonstração de Resultados	13

1. Atividade Operacional

1.1. Procura

Quadro 1 - Passageiros Transportados

INDICADORES DE PROCURA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Passageiros transportados com título pago	80 631 458	76 333 285	80 281 651	4 298 173	5,6%	349 807	0,4%
Passageiros x km	428 529 037	405 490 512	427 329 889	23 038 525	5,7%	1 199 148	0,3%
Receitas totais (s/ IVA)	57 635 140 €	54 827 590 €	55 384 569 €	2 807 550	5,1%	2 250 571	4,1%
Receita média por passageiro	0,71 €	0,72 €	0,69 €	-0,003 €	-0,5%	0,025	3,6%

Em comparação com o período homólogo, verifica-se um acréscimo de +5,6% nos passageiros transportados com título pago, correspondendo à combinação do crescimento de passageiros com passes (+9,7%) e decréscimo de passageiros de títulos ocasionais (-4,7%). Estas variações decorrem da transferência dos passageiros de títulos ocasionais para passageiros com passe, após implementação do Passe Navegante (Municipal e Metropolitano), no início do 2.º trimestre, tendo a receita média por passageiro registado um ligeiro decréscimo.

O número de passageiros com título pago é superior ao estimado no PAO em 0,4% (+2,96% de passageiros com passes e -6,35% de passageiros com títulos ocasionais).

1.2. Oferta

Quadro 2 - Oferta

OFERTA	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Carruagens x km (circulações c/ passageiros)	13 554 555	12 889 801	13 670 375	664 754	5,2%	-115 821	-0,8%
Lugares x km	1 734 983 003	1 649 894 549	1 749 808 031	85 088 454	5,2%	-14 825 029	-0,8%
Comboios x km	2 514 302	2 509 947	2 584 884	4 354	0,2%	-70 582	-2,7%

Os indicadores que avaliam a oferta apresentam uma evolução bastante positiva, resultante do esforço da empresa em recuperar a frota de material circulante que se encontrava imobilizada, com o reforço da sua equipa de manutenção e com a garantia da existência, em armazém, de um stock de peças que permita fazer face às necessidades.

1.3. Receitas

Quadro 3 - Receitas

RECEITAS (valores sem IVA)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Receitas Tarifárias*	53 756 901 €	53 190 528 €	55 384 569 €	566 373	1,1%	-1 627 668	-2,9%
Compensação financeira 4_18, Sub23, Social +	1 780 397 €	1 637 062 €	0 €	143 335	8,8%	1 780 397	-
Compensação tarifária (PART)	2 097 842 €	0 €	0 €	2 097 842	-	2 097 842	-
Receitas totais (inclui as participações)	57 635 140 €	54 827 590 €	55 384 569 €	2 807 550	5,1%	2 250 571	4,1%

*Bilhetes, Passes e Cartões

Face ao período homólogo, o valor das receitas tarifárias registou um ligeiro acréscimo (1,1%), justificado apenas pelo aumento da procura, conforme detalhado no ponto 1.1. Procura, pois, em sentido oposto, o valor de receita média por passageiro foi inferior em sequência da introdução do novo sistema tarifário a partir do início do 2.º trimestre, que resultou na transferência de passageiros com títulos ocasionais para passageiros com passes. De destacar que a introdução do novo sistema tarifário em Abril de 2019, para além de ter tido um impacto direto no crescimento dos passageiros com título pago, alterou de forma significativa a evolução do tipo de receita, passando a receita com passes a ser consideravelmente superior (53,9%) à receita de títulos ocasionais (46,1%).

Comparativamente ao previsto no PAO 2019, as receitas tarifárias registam um desvio negativo de 2,9%, dado não ter sido possível prever o impacto da introdução do novo sistema tarifário na receita com o transporte público. A compensar o desvio negativo verificado nas receitas tarifárias, estão as receitas provenientes da compensação tarifária (PART¹).

2. Gestão Económica e Financeira

2.1. Análise de Balanço

Quadro 4 – Análise de Balanço

Análise de Balanço	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2019	31.DEZ 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Ativo não Corrente	5 411 266 147 €	5 309 630 743 €	4 782 552 835 €	101 635 405 €	1,9%	628 713 312 €	13,1%
Ativo Corrente	65 692 235 €	67 982 531 €	80 703 328 €	-2 290 296 €	-3,4%	-15 011 093 €	-18,6%
Total do Ativo	5 476 958 382 €	5 377 613 273 €	4 863 256 164 €	99 345 109 €	1,8%	613 702 219 €	12,6%
Capital Próprio	1 191 268 540 €	741 793 733 €	1 237 802 130 €	449 474 807 €	60,6%	-46 533 590 €	-3,8%
Passivo não Corrente	2 963 896 921 €	2 908 733 943 €	2 995 572 612 €	55 162 978 €	1,9%	-31 675 691 €	-1,1%
Passivo Corrente	1 321 792 921 €	1 727 085 598 €	629 881 421 €	-405 292 676 €	-23,5%	691 911 500 €	109,8%
Capital Próprio e Passivo	5 476 958 382 €	5 377 613 273 €	4 863 256 164 €	99 345 109 €	1,8%	613 702 219 €	12,6%

Principais variações no Balanço, após encerramento das contas a 31 de Dezembro de 2018:

Ativo não Corrente

- O acréscimo verificado justifica-se, em grande parte, pela imputação dos encargos financeiros relativos a ILD na rubrica “Estado – Conta a Receber” (+107,6 M€);
- Investimento em ILD (+1,8 M€);
- Redução dos ativos fixos tangíveis (-9,2 M€), decorrente das amortizações do exercício.

Ativo Corrente

- Aumento de 11,0 M€ em Clientes, por a regularização entre a receita estimada e os valores recebidos em caixa só ter ocorrido em julho/2019.
- Redução de 1,5M€ em Outras Contas a Receber, com relevância para as contas: Compensação Financeira - Passes Sociais e Valores a Regularizar – Títulos de Transporte;
- Redução de aproximadamente 1,5 M€ em diferimentos, pela regularização das contas de Gastos a repartir por duodécimos;
- Conta de Estado e outros entes públicos: -0,6 M€;
- Diminuição de saldo de Caixa e Depósitos Bancários em 9,6 M€, na sequência do Despacho n.º 322/2019, de 11 de março, do Secretário de Estado do Orçamento, que autorizou a utilização de 15 M€ do saldo de gerência do ML para pagamento de juros.

Capital próprio

- Incorporação das transferências da DGTF em Dotação de Capital: 424,1 M€ (janeiro), 14,5 M€ (março), 1,3 M€ (maio) e 22,6 M€ (junho);
- Resultados transitados: -27,9 M€;
- Variação no Resultado Líquido: +15,6 M€.

Passivo não Corrente

- Aumento de 50,8 M€ em financiamentos obtidos da DGTF para fazer face a encargos financeiros, sendo 38,5 M€ relativos a financiamentos ILD e 12,3 M€ relativos a financiamentos ML;
- Aumento de 15,9 M€ em ILD, decorrente de perdas de justo valor associadas a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ILD;

¹ Programa de Apoio à Redução Tarifária nos Transportes Públicos - Despacho n.º 1234-A/2019.

- Decréscimo de 10,1 M€ de derivados, decorrente de ganhos de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ML;
- Redução de 1,4 M€ em Encargos com Pensões, decorrente dos resultados do último Estudo Atuarial.

Passivo Corrente

- Decréscimo no passivo corrente relacionado com ILD (-422,3 M€), pela amortização de financiamentos concedidos: Obrigações (400 M€), BEI (35,8 M€) e pela redução de juros a liquidar (-13,7 M€);
- Aumento do valor de fornecedores conta-corrente em 6,2 M€, decorrente da redução de disponibilidades devido à aplicação do saldo de gerência, conforme referido na análise do Ativo Corrente, pelo que no presente exercício não existe flexibilidade para efetuar pagamentos em prazo anterior ao do vencimento das faturas (+6,0 M€ de saldo nos principais fornecedores do ML);
- Aumento em 9,7 M€ de financiamentos obtidos (Depósitos à ordem BPI), pela falta de regularização de receita, conforme referido acima na análise à variação do Ativo Corrente.

Principais desvios no Balanço, face ao previsto no PAO 2.º Trimestre:

Ativo não Corrente

- Desvio de -21,3 M€ em investimento ILD, a baixa execução do investimento será detalhada no ponto 0. *A especificidade da* atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 26/03/2019, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE). O IGCP pronunciou-se a este respeito no seu ofício n.º 19142/2019, de 27 de novembro, reforçando os termos do despacho proferido para o biénio 2018-2019, uma vez que não foram invocados motivos suscetíveis da sua reapreciação. O ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, de 4 de setembro de 2018, considerava que o ML estava excecionado, para 2018 e 2019, nos valores referentes às garantias bancárias que não pudessem ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais deveriam quinzenalmente ser transferidos para contas do ML domiciliadas no IGCP.
- Plano de Investimento;
- Desvio de +649,8 M€ na conta de *Estado – Conta a Receber*, pela não execução da reconversão de passivo ILD, por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019 para o 1.º trimestre do ano);

Ativo Corrente

- Desvio de +11,6 M€ em Clientes face ao planeado, essencialmente pela não regularização de receitas de tráfego;
- Estado e Outros Entes Públicos, desvio de -2,9 M€, dado a baixa execução de investimento face ao planeado, conforme detalhado no ponto 0. *A especificidade da* atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 26/03/2019, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE). O IGCP pronunciou-se a este respeito no seu ofício n.º 19142/2019, de 27 de novembro, reforçando os termos do despacho proferido para o biénio 2018-2019, uma vez que não foram invocados motivos suscetíveis da sua reapreciação. O ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, de 4 de setembro de 2018, considerava que o ML estava excecionado, para 2018 e 2019, nos valores referentes às garantias bancárias que não pudessem ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais deveriam quinzenalmente ser transferidos para contas do ML domiciliadas no IGCP.
- Plano de Investimento;

- Desvio de -12,6 M€ em Outras Contas a Receber, fundamentalmente por valores a regularizar de operações com fornecedores (3,8 M€), bem como a regularização de saldos relativos a receitas tarifárias (8,9 M€);
- Desvio negativo em Caixa e Depósitos Bancários de 9,9 M€, decorrente essencialmente da utilização do saldo de gerência para pagamento de juros, anteriormente referido, não tendo esta utilização sido prevista no PAO.

Capital próprio

- Desvio negativo de 39,1 M€ em capital realizado, devido a Dotações de Capital inferiores ao previsto, dado a baixa realização de investimento;
- Desvio de -6,6 M€ de resultados transitados, resultante de um resultado líquido previsto menos negativo do que o real para 2018;
- Desvio negativo de 18,4 M€ em Outras variações no capital próprio, devido principalmente a não ter sido considerada no PAO 2019 a perda de 6,3 M€ resultante do estudo atuarial de pensões e contabilizada em dezembro de 2018;
- Desvio de +17,4 M€ de resultado líquido do exercício.

Passivo não Corrente

- Desvio de -31,7 M€, resultante de:
 - ✓ Passivo não corrente ILD (+34,1 M€): +24,8 M€ de financiamento DGTF previsto como dotação de capital, +15,6 M€ decorrente de perdas de justo valor associados a Instrumentos de Cobertura de Risco Financeiro ILD, não prevista no PAO, e -6,6 M€ de regularização do saldo de provisões para processos judiciais em curso (realizada no âmbito do processo de fecho de contas de 2018);
 - ✓ Financiamentos obtidos: -63,2 M€ relativa à estimativa para 2018 de regularização de dívida para passivo corrente;
 - ✓ Derivados: -10,1 M€, dado não terem sido considerados ganhos para o 2.º trimestre respeitante ao *mark-to-market*;
 - ✓ Responsabilidades com pensões: +6,6 M€, valor de regularização contabilística efetuada em dezembro de 2018, em resultado do estudo atuarial, não estimado no PAO.

Passivo Corrente

- Desvio de 691,9 M€, resultante de:
 - ✓ Passivo corrente ILD: +659,2 M€, explicado em grande parte pela não realização da operação contabilística de reconversão de passivo ILD por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019 para o 1.º trimestre do ano);
 - ✓ Fornecedores: +6,2 M€ pelas razões supra referidas na análise comparativa com o período homólogo;
 - ✓ Estado e outros entes públicos: -0,9 M€, justificado pela falta de estimativa de regularizações de IVA no final do exercício de 2018;
 - ✓ Financiamentos obtidos: +34,2 M€, falta de estimativa na reconversão de financiamento não corrente em corrente no final do exercício de 2018;
 - ✓ Outras contas a pagar: -6,7 M€, justificado por um lado, pelo valor de remuneração autónoma previsto no período em análise no PAO (6,4 M€) para compensação dos pagamentos de complementos de pensões, e por outro, pela falta de estimativa de regularização de acréscimos face ao encerramento do exercício de 2018.

2.2. Síntese de Resultados

Quadro 5 - Síntese de Resultados

Rubrica	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Rendimentos Operacionais *	59 899 483 €	57 220 368 €	57 145 236 €	2 679 115	4,7%	2 754 247	4,8%
Gastos Operacionais **	60 115 990 €	56 832 476 €	61 438 396 €	3 283 514	5,8%	-1 322 407	-2,2%
EBITDA (corrigido)	-216 506 €	387 892 €	-4 293 160 €	-604 399	-155,8%	4 076 654	-95,0%

* Excluindo rubricas não CASH (Ganhos de Justo Valor / Reversões / Subsídios ao Investimento / Trabalhos para a própria entidade / Ganhos em Inventários / Mais valias de Leasing)

** Excluindo rubricas não CASH (Ajustamentos / Provisões/ Perdas por Redução de Justo Valor / Perdas em Participadas / Diferenças cambiais / Perdas em Inventários)

2.2.1. EBITDA (corrigido)

Quadro 6 - EBITDA (corrigido)

EBITDA (corrigido)	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
EBITDA (DRN)	10 683 859 €	15 606 670 €	-2 947 571 €	-4 922 810	-31,5%	13 631 430	-462,5%
Ajustamentos	10 900 366 €	15 218 777 €	1 345 589 €	-4 318 412	-28,4%	9 554 776	710,1%
Reforço de provisões	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
Ajustamentos e imparidades	0 €	35 677 €	0 €	-35 677	-100,0%	0	-
Aumentos / reduções de justo valor	10 056 252 €	13 773 250 €	0 €	-3 716 997	-27,0%	10 056 252	-
Diferenças cambiais	-924 €	742 €	0 €	-1 666	-224,5%	-924	-
Subsídios ao investimento	690 233 €	1 271 079 €	1 345 589 €	-580 846	-45,7%	-655 356	-48,7%
Equiv. Patrimonial / Subsidiárias	131 220 €	70 321 €	0 €	60 899	86,6%	131 220	-
Trabalhos para a própria entidade	9 187 €	67 709 €	0 €	-58 522	-86,4%	9 187	-
Perdas em Inventários	-55 064 €	0 €	0 €	-55 064	-	-55 064	-
Ganhos em Inventários	69 462 €	0 €	0 €	69 462	-	69 462	-
Mais Valias Leasing	0 €	0 €	0 €	0	-	0	-
EBITDA (corrigido)	-216 506 €	387 892 €	-4 293 160 €	-604 399	-155,8%	4 076 654	-95,0%

Para efeitos de análise e avaliação do cumprimento dos objetivos determinados ao nível do EBITDA, são expurgados na série histórica efeitos de natureza não *cash*, que no referencial contabilístico anterior ao SNC seriam considerados como rubricas extraordinárias (diferenças cambiais, subsídios ao investimento, provisões, mais-valias e perdas/ganhos em inventários). Para possibilitar uma melhor comparação, foram ainda retirados outros efeitos extraordinários de operações financeiras pontuais, com relevante impacto no EBITDA contabilístico (Equivalência Patrimonial/Subsidiárias e Aumentos/Reduções de Justo Valor).

Face ao período homólogo, verifica-se um decréscimo de 0,6 M€ no EBITDA corrigido, dado o aumento a nível de receitas de vendas e serviços prestados não ter sido suficiente para cobrir o principal aumento de gastos operacionais no 2.º trimestre de 2019, que se verificou nos Fornecimentos e Serviços Externos (2,5 M€) e Gastos com o pessoal (1,1 M€). No que respeita ao desempenho deste indicador face ao previsto no PAO 2019, o desvio positivo é resultado da baixa estimativa de receitas tarifárias.

2.2.2. Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais corrigidos registaram uma variação positiva de 4,8% face ao previsto no PAO 2019 (+2,8 M€), justificada essencialmente pelas transferências efetuadas pela AML para compensação pela aplicação do novo regime tarifário dos passes metropolitano e municipal (Compensação tarifária *PART no valor de 2,1 M€*). Em comparação com o período homólogo, a variação nos rendimentos operacionais é semelhante (+2,7 M€), conforme detalhado no ponto 1.3. *Receitas*.

2.2.3. Gastos Operacionais

Os gastos operacionais corrigidos apresentam uma variação de +3,3 M€ (+5,8%) face ao período homólogo e um desvio de -1,3 M€ (-2,2%) face ao previsto no PAO.

Quando comparado com o período homólogo, o aumento dos gastos operacionais é fundamentalmente explicado pelo incremento de 2,5 M€ (+17,7%) em fornecimentos e serviços externos, valor para o qual contribui o aumento dos gastos com energia de alta tensão (+1,1M€), decorrente quer do aumento da oferta quer do aumento da velocidade de circulação de 45 Km/h para 60 km/h às horas de ponta nas linhas Azul, Amarela e Vermelha. Por outro lado, e face ao esforço que o ML tem vindo a desenvolver no sentido de melhorar a qualidade do serviço público, verificou-se um aumento dos gastos, em particular, com despesas de conservação, reparação, serviços de vigilância e serviços de limpeza (aproximadamente +0,75 M€). Adicionalmente, as rendas do Leasing operacional do material circulante sofreram um agravamento de 0,33 M€.

Em comparação com os valores previstos no PAO, é de destacar o desvio de aproximadamente -1,7 M€ (-4,2%) nos gastos com pessoal, explicado em grande parte por um valor previsional de gastos com complementos de pensões (+1 M€) acima do realmente verificado, e complementarmente, verificou-se um desvio -0,27 M€ de gastos de processamento salarial, por não se ter concretizado a contratação de todos os trabalhadores previstos para o 2.º trimestre de 2019, e um desvio de -0,25 M€ de indemnizações para eventuais rescisões.

2.3. Modelo de Financiamento

Quadro 7 - Apoio Financeiro do Estado

Apoio Financeiro do Estado	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Dotações de Capital / DGTF	462.437.113 €	63.917.144 €	500.204.539 €	398.519.969 €	623,5%	-37.767.426 €	-7,6%
Numerário	462.437.113 €	63.917.144 €	500.204.539 €	398.519.969 €	623,5%	-37.767.426 €	-7,6%
Conversões de Crédito	0 €	0 €	0 €	0 €	-	0 €	-
Empréstimos DGTF	50.833.067 €	331.584.874 €	65.833.067 €	-280.751.807 €	-84,7%	-15.000.000 €	-22,8%
Compensações Financeiras / Min. Ambiente *	1.780.397 €	1.637.062 €	0 €	143.335 €	8,8%	1.780.397 €	-
TOTAL	515.050.577 €	397.139.080 €	566.037.606 €	117.911.497 €	29,7%	-50.987.029 €	-9,0%

* Valor estimado para o 2.º trimestre de 2019 por especialização de receita. Estas compensações apenas são recebidas no final do ano.

No primeiro trimestre de 2019 foram realizadas quatro dotações de capital, nos valores de 424,1 M€, 14,5 M€, 1,3 M€ e 22,6 M€, em numerário, que ocorreram em janeiro, março, maio e junho, respetivamente.

No âmbito do modelo de financiamento em vigor, estes montantes foram recebidos para fazer face ao pagamento do serviço da dívida contratada (juros e reembolsos) e investimento.

O desvio, face ao PAO, deriva da baixa taxa de execução de investimento e, como já referido, pela autorização para a utilização do saldo de gerência, para efetuar pagamentos relativos a derivados financeiros.

2.4. Stock da Dívida

Quadro 8 - Stock da Dívida

PASSIVO REMUNERADO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	31 DEZ 2018	2.º TRIM 2019	Abs.	%	Abs.	%
Empréstimos Obrigacionistas	910.000.000 €	1.310.000.000 €	910.000.000 €	-400.000.000 €	-30,5%	0 €	0,0%
BEI	473.092.359 €	508.843.647 €	473.092.359 €	-35.751.288 €	-7,0%	0 €	0,0%
Outros Emp. LP / Tesouro	1.711.653.654 €	1.660.820.587 €	1.080.262.660 €	50.833.067 €	3,1%	631.390.994 €	58,4%
Schuldschein	300.000.000 €	300.000.000 €	300.000.000 €	0 €	0,0%	0 €	0,0%
Total	3.394.746.012 €	3.779.664.233 €	2.763.355.018 €	-384.918.221 €	-10,2%	631.390.994 €	22,8%

Face a dezembro de 2018, é de destacar a amortização de um empréstimo obrigacionista no valor de 400 M€ e amortização de empréstimo BEI, bem como a realização de novo empréstimo DGTF, de 50,8 M€.

Relativamente ao previsto no PAO, o desvio de +606 M€ é explicado pela não concretização da operação de conversão de dívida ILD, por incorporação em ativo do Estado, prevista para o primeiro trimestre do ano.

3. Cumprimento das Orientações Legais

3.1. Plano de Redução de Custos (PRC)

Quadro 9 - Plano de Redução de Custos

Plano de Redução de Custos	REAL		PAO	Δ 2019/2018		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
(1) CMVMC	1.976.664 €	3.385.901 €	2.610.906 €	-1.409.237 €	-41,6%	-634.241 €	-24,3%
(2) FSE	16.419.811 €	13.947.926 €	15.861.542 €	2.471.885 €	17,7%	558.269 €	3,5%
(3) Gastos com pessoal	40.052.150 €	38.998.455 €	41.789.095 €	1.053.695 €	2,7%	-1.736.946 €	-4,2%
Indemnizações	0 €	3.003 €	0 €	-3.003 €	-100,0%	-	-
Valorizações remuneratórias	625.538 €	1.988.673 €	0 €	-1.363.135 €	-68,5%	625.538 €	-
(4) Gastos Operacionais (a) = (1) + (2) + (3)	58.448.625 €	56.332.282 €	60.261.543 €	2.116.343 €	3,8%	-1.812.918 €	-3,0%
(5) Volume de negócios (VN)	63.406.535 €	56.699.734 €	57.588.574 €	6.706.801 €	11,8%	5.817.962 €	10,1%
Subsídios à exploração	0 €	0 €	0 €	-	-	-	-
Indemnizações Compensatórias	0 €	0 €	0 €	-	-	-	-
(6) Peso dos Gastos/VN = (4)/(5)	92,2%	99,4%	104,6%	-7,2 pp	--	-12,5 pp	--
(7) Deslocações e Alojamento (valor)	20.822 €	51.770 €	250.000 €	-30.949 €	40,2%	-229.178 €	-91,7%
(8) Ajudas de custo (valor)	3.053 €	7.644 €	2.600 €	-4.591 €	39,9%	453 €	17,4%
(9) Gastos com a frota automóvel ^(a) (valor)	118.532 €	91.269 €	137.654 €	27.263 €	129,9%	-19.123 €	-13,9%
(7) + (8) + (9)	142.406 €	150.683 €	-	-8.277 €	94,5%	142.406 €	-
Gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria (valor)	608.939 €	408.121 €	679.384 €	200.818 €	149,2%	-70.444 €	-10,4%

(a) Os gastos associados à frota incluem: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos

Tendo em conta as orientações constantes nas “*Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019*”², no que respeita aos princípios financeiros de referência, é de reter o seguinte sobre o desempenho do ML, no 2.º trimestre de 2019:

- Garantiu-se a eficiência operacional na medida em que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios é inferior à estimativa do PAO (-12,5 p.p.). Este rácio é igualmente inferior quando comparado com o rácio do período homólogo (-7,2 p.p.);
- O total de gastos com pessoal é inferior ao valor estimado, pelas razões já referidas anteriormente (ver ponto 2.2.3 *Gastos Operacionais*). Comparativamente com o período homólogo, verifica-se um incremento de 1,1 M€ justificado pelas contratações ocorridas durante o ano de 2018 e início de 2019;
- Registou-se um total de gastos com deslocações e estadas e ajudas de custo inferior ao verificado no período homólogo e ao PAO. Os gastos com a frota automóvel sofreram um aumento face ao mesmo período do ano anterior, mas ainda assim encontram-se abaixo do valor previsto no PAO 2019;
- Os gastos com contratações de estudos, pareceres, projetos e consultoria apresentam um aumento significativo face ao período homólogo, justificado pelo acréscimo de apoio técnico e jurídico, em especial para os projetos de expansão e modernização da rede.

3.2. Frota Automóvel

Quadro 10 - Indicadores de Frota Automóvel

² Ofício Circular n.º 4219, de 14 de agosto de 2018.

INDICADORES FROTA AUTOMÓVEL	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
N.º de veículos	42	48	42	-5	-10,6%	0	0,0%
Gastos (€):							
Combustível	15.451	18.454	17.967	-3.003	-16,3%	-2.516	-14,0%
Energia	1.318	5.375	5.000	-4.057	-75,5%	-3.682	-73,6%
Conservação e Reparação	18.534	18.002	22.126	532	3,0%	-3.591	-16,2%
Rendas	60.714	39.444	66.504	21.270	53,9%	-5.790	-8,7%
Seguros	12.821	6.681	14.900	6.140	91,9%	-2.079	-14,0%
Impostos	1.683	1.218	2.157	465	38,2%	-474	-22,0%
Outros	8.010	7.470	4.500	540	7,2%	3.510	78,0%
Total	118.532	96.643	133.154	21.888	22,6%	-14.623	-11,0%

Na análise dos gastos com a Frota Automóvel, verifica-se uma variação de +21,9 m€ face ao período homólogo, por via do aumento do valor da rubrica de Rendas, decorrente do processo de renovação da frota por viaturas em *Leasing Operacional*.

Face ao PAO, os gastos com viaturas apresentam uma redução de cerca de 15 m€ (-11,0%).

3.3. Prazo Médio de Pagamentos

Quadro 11 - Prazo Médio de Pagamentos

PMP	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Prazo Médio de Pagamentos [dias]	23	14	35	9	64,3%	-12	-34,3%

O ML mantém a tendência de um prazo médio de pagamentos baixo, apresentando uma redução face ao estimado (-12 dias), essencialmente por não se terem iniciado a maioria das grandes empreitadas previstas no período em análise. Por norma, os prazos médios de pagamentos das empreitadas não são inferiores a 60 dias, o que associado ao seu volume nos pagamentos globais a fornecedores acabaria por ter uma forte influência neste indicador.

3.4. Evolução do Efetivo

Quadro 12 - Efetivo

RECURSOS HUMANOS	REAL			PAO	Δ / 31.12.2018		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	31 DEZ 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Efetivo do Metropolitan de Lisboa*	1.437	1.414	1.416	1.436	21	1,5%	1	0,1%

*Não se considera os Órgãos Sociais

A variação positiva de 21 colaboradores face a 31 de dezembro de 2018 deve-se à admissão de: 22 Agentes de Tráfego, 2 Técnicos de Eletrónica, 1 Oficial Eletromecânico e 2 Oficiais de Via, verificando-se, em termos de saídas: 2 reformas, 2 por rescisões e 2 por outros motivos.

3.5. Limites de Endividamento Bancário

Quadro 13 - Cálculo da Variação do Endividamento

FINANCIAMENTO REMUNERADO	REAL	
	2.º TRIM 2019	31 Dez 2018
Financiamento Remunerado	3.394.746.012 €	3.779.664.233 €
Capital Social	3.006.228.119 €	2.543.791.006 €
Novos Investimentos	829.369 €	0 €
Varição do endividamento	1,21%	

De acordo com a fórmula de cálculo da variação do endividamento constante nas “Instruções sobre a Elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão – 2019”, que tem em conta novos investimentos de expressão material, o endividamento do ML variou 1,21%, cumprindo assim o limite de 2%.

3.6. Princípio de Unidade de Tesouraria do Estado

Quadro 14 - Disponibilidades

UTE	2.º TRIM 2019
Disponibilidades em 30-06-2019	6 449 774 €
Depositadas no IGCP	5 347 175 €
Outras	1 102 599 €
Disponibilidades no IGCP [%]	82,9%

No final de junho de 2019, o ML mantinha 82,9% dos depósitos bancários (6,4 M€) no IGCP.

A especificidade da atividade comercial do ML compreende um conjunto de operações e serviços que o IGCP não se encontra vocacionado para disponibilizar. Neste sentido, e atendendo a que a aplicação do princípio da UTE pode ser excecionada em casos devidamente fundamentados, mediante autorização do titular da função acionista, o Conselho de Administração submeteu à apreciação do Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, em 26/03/2019, o pedido de dispensa da UTE, nos termos do n.º 3 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro (RJSPE). O IGCP pronunciou-se a este respeito no seu ofício n.º 19142/2019, de 27 de novembro, reforçando os termos do despacho proferido para o biénio 2018-2019, uma vez que não foram invocados motivos suscetíveis da sua reapreciação. O ofício n.º SGC – 14000 do IGCP, de 4 de setembro de 2018, considerava que o ML estava excecionado, para 2018 e 2019, nos valores referentes às garantias bancárias que não pudessem ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais deveriam quinzenalmente ser transferidos para contas do ML domiciliadas no IGCP.

4. Plano de Investimento

Projecto	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º Trim 2019	2.º Trim 2018	2.º Trim 2019	Abs	%	Abs	%
Investimento ML	415.614	483.095	5.463.194	-67.481	-14%	-5.047.580	-92%
Edifícios e outras Construções	149.656	221.993	1.341.110	-72.336	-33%	-1.191.453	-89%
Equipamento Básico	38.558	201.712	1.083.301	-163.154	-81%	-1.044.743	-96%
CITV	2.580	0	900.000	2.580	-	-897.420	-100%
Portas ML 90	0	0	533.333	0	-	-533.333	-100%
Portas ML 95-97-99	0	0	500.000	0	-	-500.000	-100%
Material circulante - Projeto Modernização	0	0	0	0	-	0	-
Renovação de MAVT	0	0	0	0	-	0	-
Remodelação Sistema Central de Bilhética	0	0	0	0	-	0	-
Ferramentas e Utensílios	73.217	39.439	27.150	33.779	86%	46.067	170%
Equipamento Administrativo	151.601	19.952	1.078.300	131.650	660%	-926.699	-86%
Investimento ILD	2.036.662	2.003.830	22.398.186	32.831	2%	-20.361.525	-91%
Estação Baixa-Chiado	71.175	0	211.208	71.175	-	-140.032	-66%
Prolongamento Alameda / S.Sebastião	0	0	0	0	-	0	-
Plano Nacional de Acessibilidades	83.958	4.987	3.203.492	78.971	1584%	-3.119.533	-97%
Prolongamento Amadora Este / Reboleira	17.186	30.739	0	-13.552	-44%	17.186	-
Prolongamento Rato / Cais do Sodré	826.789	366.796	12.066.417	459.993	125%	-11.239.629	-93%
Remodelação da Linha A	98.541	156.699	155.408	-58.158	-37%	-56.867	-37%
Remodelação da Linha B	32.793	326.945	97.591	-294.152	-90%	-64.798	-66%
Remodelação da Linha C	32.853	142.092	117.094	-109.239	-77%	-84.241	-72%
Remodelação e ampliação Areeiro	0	3.000	739.714	-3.000	-100%	-739.714	-100%
Remodelação e ampliação Arroios	224.434	736.857	2.469.935	-512.424	-70%	-2.245.501	-91%
Remodelação da Linha D	155.191	533.632	443.135	-378.440	-71%	-287.944	-65%
Remodelação Olivais	489.832	0	2.195.957	489.832	-	-1.706.125	-78%
Remodelação da Rede Global	3.909	-300.449	348.236	304.358	-101%	-344.327	-99%
Renovação de sistema SCADA	0	0	350.000	0	-	-350.000	-100%
CBTC - Projeto de modernização	0	0	0	0	-	0	-
Investimento por Conta de Terceiros	0	2.533	0	-2.533	-100%	0	-
Total	2.452.275	2.486.925	27.861.380	-34.650	-1%	-25.409.105	-91%

No primeiro trimestre de 2019, foi realizado cerca de 9% do investimento previsto para o período. Face ao período homólogo verificou-se uma diminuição de 1% (-35 m€).

Face à complexidade e morosidade dos processos relativos a empreitadas é normal que a utilização dos saldos venha a apresentar uma maior realização nos últimos meses do ano.

5. Análise dos principais desvios

Principais desvios	Desvio	Motivo	Detalhe	Medidas
Receita	+2,2 M€	Introdução de novo sistema tarifário em Abril de 2019 que criou o Passe Navegante (Municipal e Metropolitano), incrementando o número de passageiros e a alteração da estrutura da receita, transferindo receita de títulos ocasionais para os passes.	Pág. 2	n.a.
Gastos Operacionais – Gastos com pessoal	-1,7 M€	<ul style="list-style-type: none"> – Desvio negativo em gastos com complementos de pensões, derivado do estudo atuarial; – Desvio negativo em gastos de processamento salarial, por não concretização de contratação de trabalhadores previstos para o 2.º trimestre de 2019; – Desvio negativo em indemnizações para eventuais rescisões. 	Pág. 6	A aprovação das novas contratações previstas para o 2º trimestre ocorreu no final de Junho de 2019, com a aprovação do PAO. Estima-se que parte do desvio do processamento salarial seja atenuado no final do ano.
Balanço – Ativo n/corr. (ILD) – Passivo n/ corr. (ILD)	+631,3 M€ +659,2 M€	Não execução da reconversão de passivo ILD, por incorporação em ativo do Estado (operação prevista no PAO 2019 para o 1.º trimestre do ano).	Pág. 3	Carece de autorização de reconversão de passivo pela tutela financeira.
Plano de Investimento	-25,4 M€	Complexidade e morosidade dos processos de contratação associados a empreitadas. Adicionalmente, para as empreitadas com valores inferiores a 1 Milhão de euros as candidaturas são reduzidas ou nulas.	Pág. 10	O ML tem procurado responder à tendência do mercado, tendo efetuado a revisão do preço base de determinados concursos.

6. Demonstrações Financeiras

6.1. Balanço

BALANÇO	REAL		PAO	Δ / 31.12.2018		Δ / PAO	
	2.º TRIM 2019	31.DEZ 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
ATIVO							
Ativo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	5 222 086 288 €	5 111 618 059 €	4 590 756 851 €	110 468 229 €	2,2%	631 329 437 €	13,8%
Ativos fixos tangíveis	118 400 015 €	126 986 144 €	125 243 752 €	-8 586 129 €	-6,8%	-6 843 737 €	-5,5%
Propriedades de investimento	11 945 549 €	12 176 217 €	7 985 955 €	-230 668 €	-1,9%	3 959 594 €	49,6%
Participações financeiras - método equiv. patrimonial	3 415 628 €	3 350 018 €	3 156 628 €	65 610 €	2,0%	259 000 €	8,2%
Derivados	-	81 966 €	81 966 €	-81 966 €	-100,0%	-81 966 €	-100,0%
Outros ativos financeiros	55 418 668 €	55 418 340 €	55 327 683 €	328 €	0,0%	90 984 €	0,2%
Total do ativo não corrente	5 411 266 147 €	5 309 630 743 €	4 782 552 835 €	101 635 405 €	1,9%	628 713 312 €	13,1%
Ativo corrente							
Inventários	7 064 044 €	7 134 976 €	7 566 977 €	-70 932 €	-1,0%	-502 933 €	-6,6%
Clientes	12 065 144 €	1 031 813 €	426 261 €	11 033 331 €	1069,3%	11 638 882 €	2730,5%
Estado e outros entes públicos	4 612 049 €	5 230 197 €	7 540 296 €	-618 148 €	-11,8%	-2 928 248 €	-38,8%
Outras contas a receber	5 548 651 €	7 008 736 €	18 132 667 €	-1 460 085 €	-20,8%	-12 584 016 €	-69,4%
Diferimentos	29 801 636 €	31 339 224 €	30 524 590 €	-1 537 588 €	-4,9%	-722 954 €	-2,4%
Caixa e depósitos bancários	6 600 712 €	16 237 584 €	16 512 536 €	-9 636 873 €	-59,3%	-9 911 824 €	-60,0%
Total do ativo corrente	65 692 235 €	67 982 531 €	80 703 328 €	-2 290 296 €	-3,4%	-15 011 093 €	-18,6%
Total do ativo em investimentos de ILD	5 222 086 288 €	5 111 618 059 €	4 590 756 851 €	110 468 229 €	2,2%	631 329 437 €	13,8%
Total do ativo afetado à operação (ML)	254 872 094 €	265 995 215 €	272 499 312 €	-11 123 120 €	-4,2%	-17 627 218 €	-6,5%
TOTAL DO ATIVO	5 476 958 382 €	5 377 613 273 €	4 863 256 164 €	99 345 109 €	1,8%	613 702 219 €	12,6%
CAPITAL PRÓPRIO							
Capital realizado	3 006 228 119 €	2 543 791 006 €	3 045 281 711 €	462 437 113 €	18,2%	-39 053 592 €	-1,3%
Reserva legal	21 597 €	21 597 €	21 597 €	-	0,0%	-	0,0%
Outras reservas	1 501 878 €	1 501 878 €	1 501 878 €	-	0,0%	-	0,0%
Resultados transitados	-1 796 686 034 €	-1 768 793 599 €	-1 790 128 638 €	-27 892 435 €	1,6%	-6 557 396 €	0,4%
Outras variações no capital próprio	-7 524 947 €	-6 834 714 €	10 845 277 €	-690 233 €	10,1%	-18 370 223 €	-169,4%
Resultado líquido do exercício	-12 272 073 €	-27 892 435 €	-29 719 694 €	15 620 362 €	-56,0%	17 447 621 €	-58,7%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	1 191 268 540 €	741 793 733 €	1 237 802 130 €	449 474 807 €	60,6%	-46 533 590 €	-3,8%
PASSIVO							
Passivo não corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	2 380 661 201 €	2 326 298 242 €	2 346 559 828 €	54 362 959 €	2,3%	34 101 373 €	1,5%
Provisões	52 920 819 €	52 920 819 €	51 945 517 €	-	0,0%	975 302 €	1,9%
Financiamentos obtidos	206 510 992 €	194 179 525 €	269 690 827 €	12 331 467 €	6,4%	-63 179 835 €	-23,4%
Derivados	71 485 678 €	81 623 896 €	81 623 896 €	-10 138 218 €	-12,4%	-10 138 218 €	-12,4%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	252 318 232 €	253 711 461 €	245 752 545 €	-1 393 229 €	-0,5%	6 565 687 €	2,7%
Total do passivo não corrente em investimentos de ILD	2 380 661 201 €	2 326 298 242 €	2 346 559 828 €	54 362 959 €	2,3%	34 101 373 €	1,5%
Total do passivo não corrente afetado à operação (ML)	583 235 721 €	582 435 701 €	649 012 784 €	800 019 €	0,1%	-65 777 064 €	-10,1%
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE	2 963 896 921 €	2 908 733 943 €	2 995 572 612 €	55 162 978 €	1,9%	-31 675 691 €	-1,1%
Passivo corrente							
Investimentos de infraestruturas de longa duração	783 300 346 €	1 205 630 052 €	124 098 127 €	-422 329 706 €	-35,0%	659 202 219 €	531,2%
Fornecedores	7 917 450 €	1 765 542 €	1 762 795 €	6 151 908 €	348,4%	6 154 655 €	349,1%
Estado e outros entes públicos	3 679 525 €	3 017 415 €	4 581 313 €	662 111 €	21,9%	-901 788 €	-19,7%
Financiamentos obtidos	481 877 074 €	472 210 525 €	447 703 198 €	9 666 549 €	2,0%	34 173 876 €	7,6%
Outras contas a pagar	44 919 192 €	44 259 228 €	51 622 250 €	659 964 €	1,5%	-6 703 058 €	-13,0%
Diferimentos	99 334 €	202 837 €	113 737 €	-103 503 €	-51,0%	-14 403 €	-12,7%
Total do passivo corrente em investimentos de ILD	783 300 346 €	1 205 630 052 €	124 098 127 €	-422 329 706 €	-35,0%	659 202 219 €	531,2%
Total do passivo corrente afecto à operação (ML)	538 492 575 €	521 455 546 €	505 783 294 €	17 037 030 €	3,3%	32 709 281 €	6,5%
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE	1 321 792 921 €	1 727 085 598 €	629 881 421 €	-405 292 676 €	-23,5%	691 911 500 €	109,8%
Total do passivo em investimentos de ILD	3 163 961 547 €	3 531 928 293 €	2 470 657 955 €	-367 966 747 €	-10,4%	693 303 592 €	28,1%
Total do passivo afetado à operação (ML)	1 121 728 296 €	1 103 891 247 €	1 154 796 078 €	17 837 049 €	1,6%	-33 067 782 €	-2,9%
TOTAL DO PASSIVO	4 285 689 842 €	4 635 819 540 €	3 625 454 033 €	-350 129 698 €	-7,6%	660 235 809 €	18,2%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	5 476 958 382 €	5 377 613 273 €	4 863 256 164 €	99 345 109 €	1,8%	613 702 219 €	12,6%

6.2. Demonstração de Resultados

RENDIMENTOS E GASTOS	REAL		PAO	Δ PH		Δ PAO	
	2.º TRIM 2019	2.º TRIM 2018	2.º TRIM 2019	Abs	%	Abs	%
Vendas e serviços prestados	59 605 850 €	56 699 734 €	57 588 574 €	2 906 116 €	5,1%	2 017 276 €	3,5%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-
Ganhos/perdas imp. subsidiárias, assoc. e empreend. conjuntos	131 220 €	70 321 €	-	60 899 €	86,6%	131 220 €	-
Trabalhos para a própria entidade	9 187 €	67 709 €	-	-58 522 €	-86,4%	9 187 €	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-1 976 664 €	-3 385 901 €	-2 610 906 €	-1 409 237 €	-41,6%	-634 241 €	-24,3%
Fornecimentos e serviços externos	-16 419 811 €	-13 947 926 €	-15 861 542 €	2 471 885 €	17,7%	558 269 €	3,5%
Gastos com o pessoal	-40 052 150 €	-38 998 455 €	-41 789 095 €	1 053 695 €	2,7%	-1 736 946 €	-4,2%
Imparidade de inventários (perdas / reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-	35 677 €	-	-35 677 €	-100,0%	-	-
Provisões (aumentos / reduções)	-	-	-	-	-	-	-
Aumentos / reduções de justo valor	10 056 252 €	13 773 250 €	-	-3 716 997 €	-27,0%	10 056 252 €	-
Outros rendimentos e ganhos	1 053 328 €	1 792 455 €	902 252 €	-739 127 €	-41,2%	151 077 €	16,7%
Outros gastos e perdas	-1 723 352 €	-500 194 €	-1 176 853 €	1 223 158 €	244,5%	546 499 €	46,4%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	10 683 859 €	15 606 670 €	-2 947 571 €	-4 922 810 €	-31,5%	13 631 430 €	-462,5%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	-9 225 748 €	-11 340 039 €	-11 415 764 €	-2 114 291 €	-18,6%	-2 190 016 €	-19,2%
Imparidade de ativos depreciables / amortizáveis (perdas/reversões)	-	-	-	-	-	-	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 458 111 €	4 266 630 €	-14 363 335 €	-2 808 519 €	-65,8%	15 821 446 €	-110,2%
Juros e rendimentos similares obtidos	-	-	-	-	-	-	-
Juros e gastos similares suportados	-13 730 184 €	-9 937 963 €	-15 356 360 €	3 792 221 €	38,2%	-1 626 175 €	-10,6%
Resultado antes de impostos	-12 272 073 €	-5 671 332 €	-29 719 694 €	-6 600 741 €	116,4%	17 447 621 €	-58,7%
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	-	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-12 272 073 €	-5 671 332 €	-29 719 694 €	-6 600 741 €	116,4%	17 447 621 €	-58,7%



RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DO
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
2º TRIMESTRE 2019

Introdução

1. O presente relatório reporta-se às contas no final do 2º trimestre de 2019 do *ML – Metropolitano de Lisboa, E.P.E.* (“ML” ou “Entidade”) e é emitido ao abrigo do n.º 5 do artigo 14º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho.
2. Procedemos à análise da evolução da situação económica, financeira e execução orçamental da Entidade ocorrida até ao final do período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, tendo por base as contas reportadas ao período em causa, designadamente o balanço e a demonstração dos resultados por naturezas, bem como o “Plano de Atividades e Orçamento (PAO)” para 2019, na versão revista em fevereiro de 2019 e aprovada pelo Despacho n.º 573/19 – SET, de 28 de junho, e o “Relatório Trimestral” efetuado pela Entidade com referência ao 2º trimestre de 2019 (versão revista).

Responsabilidades

3. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Entidade a implementação e manutenção de um adequado sistema de informação, o total e adequado registo das transações financeiras ocorridas, bem como a preparação e submissão oportuna de mapas financeiros requeridos pela legislação aplicável.
4. Do disposto estatutariamente decorre a nossa responsabilidade de elaborar relatório sucinto em que se refiram os controlos efetuados e as anomalias detetadas, assim como os desvios verificados em relação ao orçamento e respetivas causas.

Âmbito

5. O nosso trabalho consistiu na execução dos seguintes procedimentos considerados necessários e suficientes para responder à responsabilidade que nos foi atribuída:
 - a) Acompanhamento da atividade da Entidade, através de contactos com os principais responsáveis e da leitura das atas relevantes, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários;
 - b) Análise do balancete de junho de 2019 e revisão analítica da informação financeira relativa ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, incluindo testes à verificação da conformidade da mesma com as políticas contabilísticas normalmente adotadas e com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;
 - c) Testes que contemplaram a análise crítica sobre o grau de execução e desvios orçamentais, decorrentes das atividades desenvolvidas pela Entidade e tendo por base a informação por esta fornecida.



Conclusões

6. Com base nos procedimentos efetuados, entendemos dever realçar as seguintes situações:

a) Balanço:

O ML apresenta no ponto 6.1 do Relatório Trimestral de junho de 2019 um mapa no qual procede à comparação entre os valores constantes no Balanço a 30 de junho do corrente ano com os valores orçamentados no 1º semestre e com os valores constantes no Balanço a 31 de dezembro do ano anterior e se evidenciam os desvios orçamentais e a evolução de 2018 para 2019 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Da análise efetuada aos desvios ocorridos entendemos destacar o seguinte:

- O total do **Ativo** registou um desvio favorável de 12,6% (613,7 M€) face ao orçamentado, fundamentalmente pela não execução da reconversão de passivo ILD, por incorporação em ativo do Estado (631,3 M€), a qual estava prevista para o 1.º trimestre do ano;
- Quanto ao **Capital Próprio**, verificou-se um desvio desfavorável de 3,8% (-46,5 M€), justificado pelo efeito conjugado entre os
 - desvios desfavoráveis (i) no 'Capital realizado' (-39,1 M€), devido a dotações de capital inferiores ao previsto, (ii) nos 'Resultados transitados' (-6,6 M€), pela diferença entre o resultado líquido de 2018 estimado e o real, e (iii) nas 'Outras variações no capital próprio' (18,4 M€), fundamentalmente por não ter sido estimada a perda atuarial que acabou por vir a ser contabilizada ainda no âmbito do encerramento das contas de 2018;~
 - e o desvio favorável de 17,4 M€ verificado no resultado líquido do período, cujos componentes são analisados na alínea seguinte.
- Em relação ao **Passivo**, registou-se um desvio desfavorável de 18,2% (660,2 M€), decorrente, fundamentalmente da já referida falta de realização da operação contabilística de reconversão de passivo ILD por incorporação em ativo do Estado (659,2 M€).

b) Demonstração dos resultados:

A Entidade apresenta no ponto 6.2 do Relatório Trimestral de junho de 2019 um mapa no qual procede à comparação dos valores realizados no 2º trimestre com os valores orçamentados e com os valores realizados no período homólogo do ano anterior, apresentando ainda os desvios orçamentais e a evolução de 2018 para 2019 em valores e em percentagem, por rubrica e em termos globais.

Conforme evidenciado no mencionado mapa, constata-se que o Resultado líquido do período foi de - 12,3 M€, apresentando assim um desvio favorável de 58,7% (17,5 m€) face ao orçamentado (-29,7 M€) e uma evolução negativa de 116,4% (6,6m€) face ao período homólogo do ano anterior (-5,7 M€).

Os principais fatores contributivos para o desvio face ao orçamento foram os seguintes: i) desvio favorável na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*' (2,0 M€), devido essencialmente ao registo contabilístico de participações de passes que não haviam sido estimadas, o que compensou a diminuição das receitas tarifárias em cerca de 2,9% face ao orçamentado, dada a dificuldade de previsão em virtude da introdução do



novo sistema tarifário, **ii)** desvio favorável na rubrica '*Gastos com o pessoal*' (1,7 M€), decorrente de uma estimativa dos gastos com complementos de pensões acima do verificado e da não contratação de todos os trabalhadores previstos para o trimestre em análise; **iii)** desvio favorável na rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*' (10 M€), resultante do registo das variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, as quais não foram orçamentadas; **iv)** desvios favoráveis nas rubricas '*Gastos / reversões de depreciação e de amortização*' (2,2 M€) e '*Juros suportados*' (1,6 M€).

Quanto à diferença face a 30 de Junho de 2018, destacamos **i)** o aumento de 2,9 M€ verificado na rubrica '*Vendas e prestações de serviços*', decorrente do ligeiro acréscimo nas receitas com títulos de transporte (0,5 M€), em consequência do aumento da procura, e, sobretudo das compensações tarifárias (2,2 M€); **ii)** aumento de 2,5 M€ na rubrica '*Fornecimentos e serviços externos*', com realce para o aumento dos gastos com energia de alta tensão; **iii)** o crescimento dos Gastos com o Pessoal em 1,0 M€, devido ao crescimento do efetivo; **iv)** a variação positiva em 3,7M€ da rubrica '*Aumentos/reduções de justo valor*', devido ao comportamento positivo registado no *mark-to-market* dos instrumentos financeiros derivados e **v)** a diminuição de 1,4 M€, de 2,1 M€ e de 3,8 M€ nas rubricas '*Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas*', '*Gastos / reversões de depreciação e de amortização*' e '*Juros suportados*', respetivamente.

7. Apesar da melhoria verificada na prestação de informação de gestão, **recomenda-se** que o ML, na parte 2.2. do Relatório Trimestral identifique as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de "Rendimentos Operacionais" e de "Gastos Operacionais" que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.

Restrições na distribuição e uso

8. Nos termos do n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos do ML, o presente relatório deve ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos transportes.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2020

Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda.
representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585)

Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

CONSELHO FISCAL

Exmo. Senhor

Eng.º Vitor Manuel Domingues dos Santos

Presidente do Conselho de Administração da
Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Complexo de Carnide – Estrada da Pontinha
1600-582 Lisboa

Lisboa, 28 de fevereiro de 2019

Assunto: Relatório do Conselho Fiscal – 2º trimestre de 2019

Para os devidos efeitos, junto remeto o Relatório do Conselho Fiscal sobre o Relatório de execução – 2º trimestre de 2019, da Metropolitano de Lisboa, E.P.E.

Com os melhores cumprimentos,

O Presidente do Conselho Fiscal



(José Carlos Pereira Nunes)

**RELATÓRIO DO CONSELHO FISCAL DA
ML – METROPOLITANO DE LISBOA, E.P.E.
2.º TRIMESTRE DE 2019**

1 – ENQUADRAMENTO

O presente relatório reporta-se às contas no final do segundo trimestre de 2019 da Metropolitano de Lisboa, E.P.E. (ML) e é emitido em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos respetivos Estatutos, aprovados pelo Decreto-Lei n.º 148-A/2009, de 26 de junho, e no âmbito das competências de fiscalização conferidas ao Conselho Fiscal (CF) pelo artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

A fiscalização da ML encontra-se também cometida a uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas¹, que não é membro do CF, de acordo com o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do CSC.

O CF emite o presente relatório, relativo ao segundo trimestre de 2019, tendo por base o relatório de execução do PAO – 2.º Trimestre de 2019, apresentado pelo Conselho de Administração (CA) da ML e remetido a este órgão de fiscalização e ao Revisor Oficial de Contas (ROC) em 5 de novembro de 2019, as atas das reuniões do CA, o respetivo relatório do ROC, de 18 de fevereiro de 2020, emitido também em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, bem como o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para 2019 (versão aprovada pelo CA através de deliberação de 22 de fevereiro de 2019), objeto de aprovação através do Despacho n.º 573/19-SET, de 28 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro.

2 – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

2.1. Atividade e Investimento

No 2.º trimestre de 2019 registou-se uma melhoria dos níveis de atividade, em relação ao 2.º trimestre de 2018, expressa através dos indicadores da procura: +5,6% no número de passageiros transportados com título pago e +5,7% em passageiros x km. Em relação ao orçamentado, embora com pouca expressão, os desvios são positivos, 0,4% e 0,3% respetivamente.

No que se refere à oferta, regista-se igualmente uma evolução positiva face ao 2.º trimestre de 2018 (+5,2% em carruagens x km e em lugares x km e +0,2% em comboios x km), porém abaixo das previsões do PAO para igual período (-0,8% em carruagens x km e em lugares x km e -2,7% em comboios x km)².

Considerando o somatório da receita tarifária (bilhetes, passes e cartões), da compensação financeira dos passes sociais (4_18, Sub23 e Social+) e da compensação tarifária (PART), regista-se um aumento de

¹ Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda., representada por José Luís Areal Alves da Cunha (ROC n.º 585).

² O relatório de execução da ML não apresenta justificações para a menor oferta face ao previsto.

5,1% (+2,8 milhões €) face ao período homólogo e um desvio positivo de 4,1% (+2,3 milhões €) face ao orçamentado.

Não considerando o valor recebido no âmbito do PART, que ascendeu a 2,1 milhões €, o aumento face ao 2º trimestre de 2018 situou-se somente em 1,3% (+0,7 milhões €) e o desvio face ao orçamento ascendeu apenas a 0,3% (+0,2 milhões €)³.

O investimento realizado até ao final do 2º trimestre de 2019 atingiu o montante global de 2.452,3 mil €, o que corresponde a uma taxa de execução de apenas 8,8% face ao projetado para o mesmo período (27.861,4 mil €)⁴. O Relatório de execução da ML – 2º trimestre 2019 não identifica, concretamente, as razões de tão baixa realização do investimento, referindo apenas que “*Face à complexidade e morosidade dos processos relativos a empreitadas é normal que*” se registe uma maior realização nos últimos meses de 2019.

2.2. Desempenho económico e financeiro

A análise efetuada ao Relatório de execução da ML – 2º trimestre 2019, limitada pelo facto de o mesmo não contemplar a demonstração de fluxos de caixa (evolução face ao período homólogo e face aos valores orçamentados) e não apresentar as adequadas justificações para os desvios verificados, designadamente na oferta, no investimento realizado e em diversas rubricas de gastos e rendimentos⁵, permitiu concluir o seguinte:

- O prejuízo acumulado ascendeu a 12,3 milhões €, o que representa um forte agravamento (6,6 milhões € / +116,4%) face ao período homólogo de 2018, evolução que resulta essencialmente da conjugação das seguintes variações (positivas/negativas):
 - +2,9 milhões € em vendas e prestações de serviços, sobretudo pelo crescimento da receita tarifária (+2,8 milhões €);
 - -3,5 milhões € em gastos com consumos de mercadorias/materiais (-1,4 milhões €) e com depreciações e amortizações (2,1 milhões €);
 - -3,7 milhões € nos ganhos respeitantes aos instrumentos financeiros derivados;
 - +2,5 milhões € em fornecimentos e serviços externos, sendo de destacar o aumento dos gastos com energia de alta tensão (+1,1 milhões €), quer pelo crescimento da oferta, quer pelo aumento da velocidade de circulação nas horas de ponta nas linhas Azul, Amarela e Vermelha;

³ De realçar a introdução do novo sistema tarifário em abril de 2019, tendo sido criado o Passe Navegante (Municipal e Metropolitano), com repercussões na estrutura da receita. Nesse contexto, fica limitada a comparabilidade com o período homólogo e com o PAO 2019, inexistindo valores realizados/previstos que comparem com os recebidos no 2º trimestre de 2019, a título de compensação tarifária (PART).

⁴ Os investimentos mais relevantes projetados para o 2º trimestre de 2019, todos com fracos níveis de execução, correspondem ao prolongamento Rato/Cais do Sodré (12.066,4 mil € orçamentado/826,8 mil € executado), à remodelação e ampliação da estação de Arroios (2.469,9 mil € orçamentado/224,4 mil € executado), à remodelação da estação dos Olivais (2.196,0 mil € orçamentado/489,8 mil € executado), à aquisição de equipamento básico (1.083,3 mil € orçamentado/38,6 mil € executado) e ao plano nacional de acessibilidades (3.203,5 mil € orçamentado/84,0 mil € executado).

⁵ Apesar da ML ter incluído, no relatório de execução relativo ao 2º trimestre de 2019, um ponto específico onde apresenta uma breve análise dos principais desvios.

- +1,1 milhões € em gastos com o pessoal, principalmente justificado com o aumento líquido do número de trabalhadores, conforme se refere no seguinte ponto 3;
- +3,8 milhões € em juros suportados.

Ainda assim, face ao valor orçamentado para o mesmo período (prejuízo de 29,7 milhões €), o resultado obtido, embora negativo, representa um desvio favorável de 17,4 milhões € (-58,7%), por via de desempenhos melhores que os esperados nas seguintes componentes de rendimentos/gastos⁶:

- +10,1 milhões €, que correspondem às variações positivas do justo valor dos instrumentos financeiros derivados, exclusivamente pelo facto de não terem sido consideradas no PAO;
 - +2,0 milhões € em vendas e serviços prestados, em resultado do recebimento de participações/compensações não consideradas no PAO (+1,8 milhões € relativos aos passes sociais 4_18, Sub23 e Social+ e 2,1 milhões € pela compensação tarifária no âmbito do PART), já que a receita com bilhetes, passes e cartões teve um desvio negativo de 1,6 milhões €;
 - -1,7 milhões € em gastos com o pessoal, essencialmente por os encargos com complementos de pensões terem ficado abaixo dos estimados e pela não contratação da totalidade do número previsto de colaboradores;
 - -2,2 milhões € em gastos com depreciações e amortizações;
 - -1,6 milhões € em juros suportados.
- O Capital próprio aumentou 449,5 milhões € (+60,6%), face a 31 de dezembro de 2018, por via das dotações de capital que se situaram em 462,4 milhões €⁷.

No entanto, realça-se a menor execução dos aumentos de capital (-39,1 milhões € que o previsto), o que justifica o desvio desfavorável de 3,8% (-46,5 milhões €) do Capital próprio, face ao valor orçamentado.

- O Ativo aumentou 1,8% (+99,3 milhões €), face a 31 de dezembro de 2018, em resultado da conjugação do acréscimo do ativo em investimentos de ILD – infraestruturas de longa duração (+110,5 milhões €⁸) e à redução do ativo afeto à operação (-11,1 milhões €).

Relativamente ao orçamento, verifica-se um desvio favorável de 12,6% (+613,7 milhões €), sobretudo pela não execução da operação de reconversão de passivo ILD por incorporação de ativo do Estado (operação que estava prevista para o 1º trimestre de 2019).

⁶ Com a ressalva de que tal melhoria está muito influenciada pela não orçamentação de ganhos relacionados com os instrumentos financeiros derivados e com participações/compensações tarifárias.

⁷ Registando-se que a realização das dotações de capital ocorreu, em maior volume, no 1º trimestre de 2019 (438,6 milhões €), período em que o aumento do capital próprio ascendeu a 435,2 milhões € (58,6%).

⁸ Sendo de realçar os gastos diretamente relacionados com os financiamentos contraídos para a atividade de construção e reparação de ILD (rubrica “Estado – Contas a receber”), em cerca de 107,6 milhões €.

Ainda na sequência do Despacho n.º 322/2019, de 11 de março, do Secretário de Estado do Orçamento, que autorizou a utilização de 15 milhões € para o pagamento de juros, realça-se a manutenção do saldo de caixa e depósitos bancários (ativo corrente) em níveis inferiores aos registados em 31 de dezembro de 2018 (-9,6 milhões €) e aos orçamentados (-9,9 milhões €).

- O **Passivo** diminuiu 7,6% (-350,1 milhões €), face a 31 de dezembro de 2018, situando-se em 4.635,8 milhões €, em resultado, essencialmente, da conjugação da amortização de dívida (400,0 milhões € em obrigações e 35,8 milhões € do empréstimo do BEI) e da contração de novo empréstimo da Direção-Geral do Tesouro e Finanças (DGTF) (50,8 milhões €).

Em relação ao valor orçamentado regista-se um desvio desfavorável de 18,2% (+660,2 milhões €), sendo de realçar, tal como já referido em relação ao ativo, a não execução da operação de reconversão de passivo ILD por incorporação de ativo do Estado (operação que estava prevista para o 1º trimestre de 2019).

3 – CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES TRANSMITIDAS PELA DGTF

Relativamente às diferentes obrigações legais¹⁰ e orientações transmitidas pela DGTF aplicáveis à empresa, importa destacar que, através do Despacho n.º 573/19-SET, de 28 de junho, do Senhor Secretário de Estado do Tesouro, foi aprovada a proposta de plano de atividades e orçamento para 2019 e foi concedida autorização para a ML proceder: (i) à contratação até 36 trabalhadores, dos quais, um mínimo de 6 e um máximo de 9 técnicos, para áreas técnicas diversas; (ii) ao aumento dos gastos com pessoal associado às novas contratações, reclassificações previstas e aprovadas e à aplicação da regulamentação em vigor (acordos de empresa); e (iii) à realização de investimentos em 2019 até ao limite de 45 milhões €.

Nestes termos, e atenta a informação constante do ponto 3. do Relatório de Execução do PAO - 2º trimestre de 2019, importa salientar os seguintes aspetos¹¹:

- Observa-se uma evolução favorável do peso dos gastos operacionais no volume de negócios^{12;13} (98,1%) face ao registado no período homólogo do ano anterior (99,4%) e face ao orçamentado para o período (104,6%), essencialmente devido ao aumento do volume de negócios;

⁹ Sendo de referir que este valor representa um aumento de 0,8 milhões €, face ao final do 1º trimestre de 2019.

¹⁰ Designadamente das normas contidas na Lei n.º 71/2018, de 31 de dezembro, que aprovou a Lei do Orçamento do Estado para 2019 (LOE 2019) e no Decreto-Lei n.º 84/2019, de 15 de junho, que estabelece as disposições necessárias à execução do Orçamento para 2019 (DLEO 2019).

¹¹ Estabelece o n.º 7 do artigo 158.º do DLEO 2019 que os relatórios de execução orçamental, incluindo os emitidos pelo órgão de fiscalização, devem incluir a análise da evolução dos gastos operacionais, incluindo os gastos com pessoal, face ao respetivo orçamento aprovado e ao disposto na LOE e no respetivo Decreto-Lei.

¹² O n.º 1 do artigo 158.º do DLEO 2019 estabelece que o rácio dos gastos operacionais sobre o volume de negócios deve ser igual ou inferior ao verificado em 2018.

¹³ Para efeito do cálculo do rácio de eficiência operacional, aos gastos operacionais correspondem os custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas, os fornecimentos e serviços externos e os gastos com pessoal.

- No que respeita à evolução de determinadas rubricas de gastos, tendo em consideração o disposto no n.º 3 do artigo 158.º do DLEO 2019:
 - i) os gastos com pessoal registaram um aumento de 2,7% (+1,1 milhões €) face ao período homólogo¹⁴ e um desvio de -4,2% (-1,7 milhões €) face ao orçamentado para o mesmo trimestre, sendo este último explicado, essencialmente, pela menor execução nos gastos com complementos de pensões e em salários, neste caso pela não contratação de todos os trabalhadores previstos para o trimestre (-1 milhões € e -0,27 milhões €, respetivamente);
 - ii) o total dos gastos com deslocações, ajudas de custo, alojamento e frota automóvel foi inferior ao registado no período homólogo (-13,7 mil €) e ao orçamentado para o mesmo período (-243,3 mil €);
 - iii) os gastos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria aumentaram face ao período homólogo do ano anterior (+200,8 mil €)¹⁵, ainda assim ficaram abaixo do valor orçamentado/aprovado para o período (-70,4 mil €);
- Regista-se um aumento líquido de 21 colaboradores face a 31 de dezembro de 2018, em resultado da admissão de colaboradores para a área comercial e para diferentes áreas técnicas, pelo que no final do 2º trimestre de 2019 a ML detinha um efetivo de 1.437 (sem considerar os órgãos sociais);
- O endividamento apresenta um crescimento de 1,21%, por aplicação da fórmula de cálculo constante das orientações transmitidas pela DGTF, sublinhando-se que o aumento registado dá cumprimento ao limite de 2% previsto no n.º 1 do artigo 58.º da LOE 2019;
- Através de Despacho da Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E. (IGCP), de 3 de setembro de 2018, a ML foi dispensada do cumprimento do princípio da unidade de tesouraria no ano de 2018 (extensível a 2019), exclusivamente para os valores referentes às garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados e para os valores objeto de recolha e tratamento, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para a conta da ML domiciliada no IGCP. A 30 de junho de 2019, 83% das disponibilidades da ML estavam domiciliadas junto do IGCP.

4 – RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS DA ML – 2º TRIMESTRE DE 2019

O CF teve também em consideração o Relatório do ROC – 2º trimestre 2019, de 18 de fevereiro de 2020, que se considera aqui como reproduzido, acompanhando e destacando a recomendação de que os relatórios de execução da ML devem identificar “*as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos*

¹⁴ Devido ao aumento do efetivo.

¹⁵ Tendo em consideração que se verificou um acréscimo no apoio técnico/jurídico aos projetos de expansão e modernização da rede, bem como ao processo de revisão do contrato de concessão.



conceitos de “Rendimentos Operacionais” e de “Gastos Operacionais” que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.”

5 – CONCLUSÃO

Em cumprimento das respetivas obrigações legais e estatutárias, em especial do disposto no n.º 5 do artigo 14.º dos Estatutos da ML, o CF emite o presente relatório trimestral, reportado a 30 de junho de 2019, que reflete o acompanhamento à execução da ML no referido período.

O CF entende que o relatório de execução do PAO relativo ao segundo trimestre de 2019 reflete a atividade e o desempenho da ML no período em causa e evidencia o grau de cumprimento das obrigações legais e orientações aplicáveis à empresa.

Recomenda-se à ML que passe a identificar nos relatórios de execução as rubricas de gastos e de rendimentos incluídas nos conceitos de “Rendimentos Operacionais” e de “Gastos Operacionais” que utiliza, por forma a facilitar a comparação entre os dados que interessam à gestão e a sua base contabilística na demonstração de resultados.

O relatório de execução do PAO referente ao segundo trimestre de 2019 e os correspondentes relatórios do ROC e do CF devem ser objeto de divulgação pública e devem ser remetidos aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e setorial, nos termos das disposições legais e estatutárias aplicáveis.

Lisboa, 28 de fevereiro de 2020

O Conselho Fiscal

Presidente

(José Carlos Pereira
Nunes)

Vogal efetiva

(Cristina Maria Pereira
Freire)

Vogal efetiva

(Margarida Carla Campos
Freitas Taborda)